

Membros da Santa Casa entram na Justiça para suspender eleição

Entidade não cumpre Lei da Transparência e é investigada pelo MP por 'rachadinha'

Santa Casa de Campinas

Por Raquel Valli



Desde 2025, a entidade é investigada pelo Ministério Público por suposto esquema de 'rachadinha'

Um grupo de membros da Irmandade de Misericórdia de Campinas, que abrange os hospitais Irmãos Penteados e Santa Casa, ingressou com uma liminar na Justiça para suspender a eleição da nova mesa diretiva, marcada para 30 de abril - data quando termina o mandato da atual diretoria. A ação argumenta que há falta de transparência da atual gestão e recusa no fornecimento de documentos básicos, que impedem a isonomia do pleito.

Solicita a nomeação de um interventor imparcial, por meio da Justiça, para gerir a instituição e para organizar uma nova eleição. Sustenta que a atual gerência, no poder há 18 anos, não disponibilizou a lista completa de votantes, nem tampouco dados administrativos e financeiros necessários para a disputa democrática.

Conjuntura

A movimentação judicial ocorre em um contexto de questionamentos sobre o processo administrativo dos hospitais, que descumprem as leis de Transparência. No portal da instituição, por exemplo, não há balanços, nem informes do tipo. O último dado disponível é da assembleia geral ordinária de 2024.

Desde 2025, a entidade é investigada pelo Ministério Público de São Paulo (MPSP) por suposto esquema de "rachadinha" entre a

Irmandade e vereadores, que teriam recebido de 10% a 20% dos recursos públicos destinados por emendas parlamentares impositivas. A investigação começou devido à denúncia anônima de um servidor da Câmara Municipal.

A própria entidade admitiu em registros processuais a existência de instabilidade econômica severa com débitos acumulados e saldo negativo, enquanto projetos de exploração imobiliária na área da instituição são alvos de contestação por possível desvio de finalidade.

"Não se trata de disputa política apenas. Estamos falando de uma instituição que presta um serviço fundamental. A falta de acesso a informações e a ausência de transparência preocupam e precisam ser enfrentadas com seriedade", afirma a advogada Stela Borghi, do grupo Santa Causa, que tem se mobilizado por obter transparência na instituição.

Contradição Financeira

A análise do último balanço (ano-base 2023) disponível no portal revela uma estrutura

patrimonial robusta, com R\$ 325,9 milhões em Ativos Não Circulantes, impulsionados por R\$ 196 milhões em investimentos e R\$ 129,9 milhões em imobilizado. Contudo, a aparente solidez é contrastada por um endividamento de longo prazo e um histórico de resultados operacionais deficitários. O déficit sinaliza que, historicamente, a operação principal do hospital tem gasto mais do que arrecadado, indicando não ser autossustentável.

O passivo não circulante

(obrigações de longo prazo) soma R\$ 84,7 milhões, e a maior fatia é a dívida tributária de R\$ 61,4 milhões, que está parcelada via programa Pró-SUS.

O endividamento conta ainda com empréstimos e financiamentos de R\$ 11,7 milhões e acordos extrajudiciais de R\$ 2 milhões.

Transparência é dever

A Santa Casa de Misericórdia é uma irmandade de origem católica voltada à assistência social e à saúde de pessoas desamparadas. Funciona como hospital filantrópico, sem fins lucrativos, atendendo sobretudo a demanda do SUS. Possui personalidade jurídica de direito privado, mas desempenha uma função pública essencial ao Estado.

Por receber volumes expressivos de recursos públicos através de convênios, repasses diretos e isenções tributárias, deve explicações detalhadas sobre dados financeiros à população.

O outro lado

O **Correio da Manhã** entrou em contato com a irmandade solicitando dados financeiros, como contratos referentes a 2025 e 2026, além do posicionamento da instituição sobre as investigações do MP e a atual situação financeira da entidade.

Mas, até o fechamento desta matéria, não obteve resposta sobre nenhum dos aspectos questionados.

Feirão do Emprego em parceria com TRT-15

Prefeitura de Campinas

A Secretaria de Trabalho e Renda da Prefeitura realiza no dia 24 de abril a 7ª edição do Feirão de Emprego e Oportunidades, e, pela primeira vez, o evento será promovido em parceria com o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15), como parte das ações comemorativas pelos 40 anos de instalação da corte, que serão celebrados em dezembro deste ano. O feirão será realizado das 9h às 16h, no Laboratório de Inovação do TRT-15, Co.Labora 15 (Rua Conceição, 150, no Centro).

"Essa articulação com instituições como o TRT-15 fortalece a política pública de emprego, diversifica os canais de recrutamento e cria condições mais efetivas para a geração de renda no município", afirma o secretário da Pasta, Paulo Sérgio de Andrade.

Já a presidente do TRT-15, desembargadora Ana Paula



Podem participar empresas com vagas cadastradas no Sine

Pellegrina Lockmann, ressalta que a iniciativa amplia o alcance social da instituição ao aproximar a Justiça do Trabalho da população.

"Celebrar os 40 anos do Tribunal é também reafirmar nosso compromisso com a cidadania e

com a promoção do trabalho digno. Ao sediar um feirão de empregos em nosso espaço de inovação, contribuimos diretamente para a construção de oportunidades e para o fortalecimento do diálogo entre trabalhadores, empresas e poder público", declara.

Chamamento público

A Secretaria publicou esta semana o chamamento público para o credenciamento de empresas interessadas em participar do feirão. Podem participar as que possuam vagas cadastradas no Sistema Nacional de Empregos (Sine) e que desejem rea-

lizar, de forma presencial, o recrutamento e a seleção de candidatos.

Para viabilizar a participação, a Secretaria, com apoio do Centro Público de Apoio ao Trabalhador (CPAT), disponibilizará espaço e estrutura para até dois recrutadores por empresa durante o evento. O cadastramento deve ser realizado até o dia 22 de abril de 2026, impreterivelmente, por meio do envio de proposta para o e-mail secretaria.trabalhoe-renda@campinas.sp.gov.br

No envio, devem constar as seguintes informações da empresa (nome, CNPJ, endereço, telefone e logomarca para material de divulgação) e do responsável legal (nome, CPF, RG, telefone e WhatsApp para contato).

Após o envio, a empresa deverá aguardar retorno da equipe da Secretaria. A seleção será por ordem de inscrição, obedecendo a capacidade de atendimento do Laboratório de Inovação do TRT-15, Co.Labora 15.